



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 562640 - SP (2020/0041569-3)

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PIETRO DA SILVA ESTABILE - RJ138750**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : TALITA CRISTINA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### DECISÃO

**TALITA CRISTINA DA SILVA** alega sofrer coação ilegal em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n. 1502229-23.2018.8.26.0099.

Consta nos autos que a paciente foi condenada, em primeira instância, a **23 anos, 8 meses e 13 dias de reclusão, em regime fechado**, mais multa, pela prática de latrocínio tentado – art. 157, § 3º, parte final, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal (fls. 46-54).

A Corte local deu **parcial provimento ao recurso defensivo, a fim de reduzir a reprimenda da acusada para 21 anos, 2 meses e 2 dias de reclusão**, em regime fechado (fls. 18-24).

Neste habeas corpus, a defesa sustenta que a conduta imputada à ré se enquadra no tipo de roubo majorado pela ocorrência de lesão corporal de natureza grave, e não o de latrocínio na modalidade tentada, razão pela qual **requer, liminarmente e no mérito, a desclassificação da imputação e a consequente redução da reprimenda**.

**Indeferida a liminar** (fl. 137) e dispensadas as informações, veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 141-144), que opinou pela denegação da ordem.

**Decido.**

#### **I. Desclassificação para roubo majorado – inviabilidade**

A defesa sustenta que **o delito imputado à paciente não configura tentativa de latrocínio**, uma vez que a vítima só foi atingida por uma facada, que a paciente poderia ter desferido outros golpes se a intenção fosse ceifar a vida da ofendida, motivos pelos quais pretende a **desclassificação para roubo majorado**.

Na hipótese dos autos, o Juiz de primeira instância afastou a tese desclassificatória sob os seguintes argumentos (fl. 52, grifei):

[...]

**Dessa forma, restou configurado o crime de latrocínio, tendo em vista que a ré empregou violência contra a vítima,**

**objetivando subtrair o dinheiro, assumindo o risco de produzir a sua morte, sobretudo em razão do local do golpe de faca (região escapular à direita).**

**Ressalto que para a caracterização do delito, é irrelevante que os fatos tenham ocorrido por reação da vítima.** Nesse sentido:

“Para a caracterização do latrocínio, pouco importa que a morte da vítima tenha sido fruto de sua reação ao ataque ou que o agente a tenha querido diretamente, pois, na primeira hipótese, teria laborado com dolo eventual, e na última, com dolo determinado.” (RT 764/539).

**Assim fica afastada a tese defensiva de desclassificação para o crime de furto, uma vez que o delito foi praticado com violência e grave ameaça à pessoa, objetivando a subtração patrimonial.**

**Também não é o caso de desclassificação para o delito de roubo seguido de lesão corporal, previsto no artigo 157, § 3º, inciso I do CP.**

**A ré desferiu uma facada nas costas da vítima, assumindo o resultado morte, que só não ocorreu por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo sido a vítima socorrida a tempo.**

**Por fim, resta configurada a tentativa.**

No caso, restou consumada a subtração dos bens, não chegando a vítima ao óbito por circunstâncias alheias à vontade da acusada.

A Corte local, ao corroborar o entendimento exposto pelo Juízo de primeiro grau e manter a condenação pela prática de latrocínio tentado, assim consignou (fl. 23, destaquei):

[...]

Dessa forma, **restou configurado o crime de latrocínio, tendo em vista que a ré empregou violência contra a vítima, objetivando subtrair o dinheiro, assumindo o risco de produzir a sua morte, sobretudo em razão do local do golpe de faca (região escapular à direita)”, bem discorre a r. sentença, da lavra da Dra. Simone Rodrigues Valle (fls.190 a 192).**

**E a hipótese é de tentativa de latrocínio, bem reconhecida na r. sentença recorrida, e não de crime de roubo, muito menos de furto, uma vez que a acusada, ao se voltar contra o patrimônio da vítima, mediante violência física, munuiu-se de uma arma branca faca e golpeou o ofendido, sobretudo em região letal, o que leva à conclusão de que, se não quis matar o ofendido, ao menos assumiu esse risco, sendo suficiente o dolo eventual para caracterizar essa modalidade criminosa.**

Mais uma vez, “fica afastada a tese defensiva de desclassificação para o crime de furto, uma vez que o delito foi praticado com violência e grave ameaça à pessoa, objetivando a subtração patrimonial. Também não é o caso de desclassificação para o delito de roubo seguido de lesão corporal, previsto no artigo 157, § 3º, inciso I do CP.

**A ré desferiu uma facada nas costas da vítima, assumindo o resultado morte, que só não ocorreu por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo sido a vítima socorrida a tempo” (fl. 192).**

**E a propósito: “O fato de a ré ter desferido uma facada na**

**vítima, após tentar subtrair a quantia em dinheiro que estava em seu bolso, caracteriza o crime de latrocínio tentado, não havendo que se falar em desclassificação para o delito de furto ou roubo com lesão grave, conforme pleiteado pela Defesa.**

Pelo que se lê nos trechos em destaque, **diferentemente do alegado**, as instâncias ordinárias constataram o dolo na conduta da agente ao assumir o risco do resultado morte como desdobramento do crime de roubo, diante do golpe de faca desferido em região letal do corpo da vítima.

Acerca da configuração do latrocínio tentado, prevalece, neste Tribunal, o entendimento de que "há tentativa de latrocínio quando há dolo de subtrair e dolo de matar, sendo que o resultado morte somente não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente [...], independentemente da natureza das lesões sofridas pela vítima" (HC n. 201.175/MS, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 8/5/2013).

Nesse sentido:

[...]

3. *Obiter dictum*, não merece prosperar a tese sustentada pela defesa da inexistência do delito de latrocínio, ao argumento de que não se consumou a morte, o que tornaria o crime impossível, pois é perfeitamente **admissível a forma tentada se houver dolo de subtrair e dolo de matar, sendo irrelevante a natureza das lesões sofridas pela vítima.**

4. As instâncias ordinárias, após detalhado exame dos autos, concluíram que "esta é a conclusão que se impõe diante da análise das provas produzidas, porque não se mostra sequer razoável a tese de não ter havido a intenção de matar. É que depois de assaltarem e agredirem a vítima, efetuaram disparos em sua direção; evidente o *animus necandi* em que a empreitada delituosa se desenvolveu. Comprovado, portanto, ter havido a subtração consumada (o réu subtraiu o envelope com dinheiro) e a intenção de matar a vítima, impõe-se a conclusão de restar configurada a tentativa de latrocínio, o que é perfeitamente possível".

5. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 314.203/PR, Rel. Ministro **Gurgel de Faria**, 5ª T., DJe 4/8/2015, destaquei)

[...]

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que é plenamente possível a ocorrência de latrocínio em sua forma tentada, quando não se obtenha o resultado morte, bastando a comprovação de que, no decorrer da prática delitiva, o agente tenha atentado contra a vida da vítima, com a intenção de matá-la, não atingindo o resultado, por circunstâncias alheias à sua vontade.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 672.486/RS, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 3/8/2015, grifei)

Por essas razões, mostra-se inviável a desconstituição do julgado, como pretendido pela defesa, sobretudo se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, respeitados o

contraditório e a ampla defesa, exatamente como verificado nos autos.

Dessa forma, para entender-se pela desclassificação, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência que é incabível na via do recurso especial, consoante o enunciado na Súmula n. 7 do STJ, *in verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

## **II. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator